

Principais Infrações de Menor Potencial Ofensivo



No Código Penal

➤ Lesão corporal:

- art. 129 caput, Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: (leve). arranhões, hematomas e pequenos cortes
- § 6º, (lesão é culposa): falta de cuidado ou atenção

AÇÃO PENAL: Pública Condicionada à Representação

OBS: culposa na direção de veículo automotor, aplica-se o CTB



➤ Lesão corporal

| GRAVE | GRAVÍSSIMA | SEGUIDA DE MORTE | CULPOSA |
|---|--|------------------|--------------|
| Incapacidade para as ocupações, por mais de 30 dias | Incapacidade permanente para o trabalho | Paragrafo 3º | Paragrafo 3º |
| Perigo de vida | Enfermidade incurável | | |
| Debilidade permanente de membro, sentido ou função | Perda ou inutilização do membro, sentido ou função | | |
| Aceleração de parto | Deformidade permanente | | |
| | Aborto | | |



➤ Calúnia:

- art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente FATO definido como crime: **(INVENTOR)**

Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos, e multa.

- § 1º, Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga. **(MULTIPLICA)**

AÇÃO PENAL: Privada

OBS 1: Autor deve ter a intenção de praticar o falso

OBS 2: Fato imputado tem que ser típico.

OBS 3: Consuma-se qdo 3ª pessoa tem conhecimento do falso

OBS 4: incontinência verbal provocada por explosão emocional no decorrer de acirrada discussão. (**NÃO HÁ CALÚNIA**)



➤ Difamação:

- art. 139. Difamar alguém, imputando-lhe FATO ofensivo à sua reputação:

Pena: detenção, de 3 meses a 1 ano, e multa.

(boa fama/imagem perante as demais pessoas em comunidade)

- **DETALHES:**

- O fato imputado não precisa ser falso nem pode ser definido como crime;
- Imputação deve ser de fato determinado e não de defeitos ou qualidades negativas

AÇÃO PENAL: Privada (regra)

Pública Condicionada

**Presidente da
República**

**Contra Funcionário
Público em razão da
função**



➤ Injúria:

Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou decoro:

Pena: detenção, de 1 a 6 meses, ou multa.

(Ao contrário da calúnia e difamação, NÃO HÁ IMPUTAÇÃO DE FATOS, mas emissão de conceitos negativos, atingindo a honra subjetiva)

- DETALHES:

Praticada de várias formas: gestos, palavras sinais, atitudes, etc.

AÇÃO PENAL: Privada (caput)

Pública Incondicionada (§ 2º- resulta lesão corporal, por força do art 145 do CP)



EXEMPLOS

Crimes contra a honra



➤ Ameaça:

Art. 147. ameaçar alguém, por palavras, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena: detenção, de 1 a 6 meses, ou multa.

(“meter medo”, intimidar)

(“processar” “procurar a justiça”) → **NÃO**

- DETALHES:

- Praticada de várias formas: gestos, palavras sinais, atitudes, etc.
- Meio utilizado pelo autor e qual a expressão(ões) ameaçadoras? (colocar no relatório)
- Se a ameaça for por escrito, deve ser apreendido o objeto que tenha o escrito.(encaminhar ao JECRIM).

AÇÃO PENAL: Pública Condicionada

Pública Incondicionada (§ 2º- resulta lesão corporal, por força do art 145 do CP)



➤ Dano:

Art. 163 Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia:
Pena: detenção, de 1 a 6 meses, ou multa.

DETALHES:

- Só é punível a título de DOLO.
- O dano deve ser considerado como fim e não meio para prática de outro delito.
- O termo “deteriorar” engloba os danos menores do que a completa destruição ou inutilização. EX: **O AMASSAMENTO DA LATARIA DE UM CARRO** que não chega a destruí-lo nem inutilizá-lo, no entanto deprecia o valor do bem.
- Os parágrafos contemplam as formas qualificadas.

AÇÃO PENAL: Privada





É crime praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público.
Pena: detenção, de 3 meses a 1 ano, ou multa.

01/09/2018 - 15h02



De acordo com a corporação, três passageiros do coletivo viram o homem praticando o ato e avisaram ao motorista. O condutor acionou a PM que prendeu o suspeito por ato obsceno em espaço público.



Primeira audiência do caso do tatuador acusado de assediar clientes na Sava...

+ noticias



RESISTÊNCIA

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de 2 meses a 2 anos..


- DETALHES:

- Comete o delito, por exemplo, quem intervém, mediante violência ou ameaça, na atuação de policiais, que estão prendendo pessoa que acabou de cometer um delito.

- A oposição à execução do agente deve ser feita com violência ou grave ameaça (RT 525/353). A violência aqui é física. A ameaça pode ser real (ex: apontar uma arma de fogo) ou verbal.

AÇÃO PENAL: Pública Incondicionada





Desobediência

DESACATO!

LIBERDADE
DE EXPRESSÃO?



RECEBER/ADQUIRIR ALGO QUE SEJA DE ORIGEM CRIMINOSA,
QUE A PESSOA DESCONHEÇA A PROCEDÊNCIA, É INFRAÇÃO
PENAL CHAMADA RECEPÇÃO CULPOSA







Lei de Drogas(11.343/2006)

Art. 28. Quem ***adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo***, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

§ 1º- mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

- **STJ:** O princípio da insignificância não se aplica ao crime de posse/porte de droga.

- **Atenção!**

Condutas típicas: adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo. Note que o simples uso da droga não é incriminado. (**observe o § 2º, pois é parâmetro para o PM**)

- O artigo não se aplica a posse de drogas para uso pessoal nas dependências da administração militar. (**especialidade, 290 CPM**)
- **Ação Penal:** Pública incondicionada





Lei de Drogas(11.343/2006)

- Art. 33,§ 3º. *Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem.*

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano...

EXEMPLO:

“De acordo com a denúncia, o Apelante possuía um cigarro e uma porção de “maconha”, que seriam destinados ao consumo pessoal. Apurou-se que o Apelante era amigo do menor Douglas, e que na data dos fatos eles foram de Aparecida D'Oeste para Nova Canaã Paulista. Nesta localidade, o Apelante fazia uso do cigarro de “maconha” e ofereceu a Maicon, que o aceitou, ocasião em que foram flagrados por policiais militares, que encontraram uma porção de “maconha” em poder do menor. Indagado, o réu admitiu a propriedade de toda a droga, alegando que ela se destinava ao consumo próprio e que ofertou o cigarro de “maconha” ao menor.

A materialidade está consubstanciada no auto de exibição e apreensão (fls. 04) e nos laudos de constatação de caráter provisório (fls. 15/16) e no definitivo do entorpecente (fls. 36/37). Foi atestado o peso líquido da droga: 0,71g (setenta e um decigramas) de “maconha”

- **Ação Penal:** Pública incondicionada





Lei de Drogas(11.343/2006)

→ Crime próprio

- Art. 38 *Prescrever ou ministrar*, CULPOSAMENTE, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou *fazê-lo em doses excessivas* ou em *desacordo com determinação legal ou regulamentar*.

Pena - Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos,...

ATENÇÃO:

Temos o elemento normativo, caracterizado pela CULPA em sentido estrito, que é complementada por três situações, assim não basta prescrever ou ministrar, a culpa se caracteriza em **três hipóteses**:

I. Se o paciente não necessita daquela droga - envolve a prescrição ou a aplicação culposa em relação a pessoa que não necessita efetivamente da droga, ou naquela conduta em que o agente escolheu errado a pessoa em que vai aplicar, ou a pessoa a qual vai prescrever a substância entorpecente.

II. Dose excessiva - há uma situação de prescrição ou de aplicação de droga em dose superior a admitida nos meios médicos.

III. Prescrição ou aplicação de droga em desacordo com determinação legal ou regulamentar- é a prescrição de uma droga que não é própria para o tratamento daquele mal.

AÇÃO PENAL: Pública incondicionada

